

Encontro das águas – uma intersecção entre ancestralidade, natureza e territorialidade

As comunidades de terreiros possuem uma cosmovisão muito específica – que se assemelha à dos povos originários – de culto às forças da natureza. Dentro dessa perspectiva, os orixás e suas representações na natureza – as águas, folhas, rochas, sol, chuva, ventos, etc – possuem um papel vital na passagem desse conhecimento e, conseqüentemente, na preservação de um culto oprimido historicamente pelas instâncias hegemônicas, as quais não compreendiam a necessidade de seu isolamento do meio urbano/humano/mundano em prol de uma construção/passagem de entendimento de todas as formas de se habitar no nosso mundo físico, com todos os componentes da natureza. O axé constitui-se como força motriz desse processo, entendendo sua relação com a troca de energias vitais, o axé torna toda e qualquer matéria (pessoas, animais, rochas, vegetais, etc) enquanto elemento cabível de troca energética. Desse modo, toda e qualquer materialidade proveniente da natureza possui uma potencialidade de sacralização, de inserção do axé, a partir dos conhecimentos acumulados por um babalorixá ou uma yalorixá.

Os zeladores do axé são valorizados por suas experiências em suas trajetórias no candomblé, de modo que a relação desse conhecimento ancestral perpassa pelas gerações de adeptos da religião. Desse modo tem-se uma valorização da **ancestralidade, natureza e territorialidade** enquanto elementos essenciais para manutenção dos cultos. Este último aspecto refere-se à sacralização do território em si – ou de porções deste, como, por exemplo, o espaço do terreiro de candomblé, de entrega de oferendas, de realização de trabalhos, assim como nossos corpos – uma vez que estes produzem e atuam no espaço-mundo ao longo de suas existências.

O entendimento da cosmovisão afro-brasileira, sendo o candomblé um de seus acessos, é apreendido enquanto potência que se desdobra constantemente em produção de espaço. Dessa maneira, torna-se essencial que a produção urbana institucionalizada e seus agentes estejam em constante diálogo com essas realidades outras, de modo que se possa propor espacialidades contextualizadas e num diálogo maior com nossos remanescentes verdes – o que, na prática, não ocorre. Os bairros do miolo de Salvador são um exemplo dessa ausência estatal na produção de espaço urbano, ausência esta que reverbera numa produção local – feitas pelas articulações coletivas. No contexto deste trabalho, no limiar de 3 bairros periféricos – São Marcos, Pau da Lima e Sussuarana – essa realidade da autoconstrução enquanto único caminho possível de melhoria nas condições de habitat mostra-se de forma intensa, aumentando nos últimos anos com o estigma da violência que assola não somente esta, como todas as áreas periféricas da cidade e que é usado como uma das justificativas para a falta de ações, diálogos e investimentos do Estado. Nesse meio

tempo, o território marginalizado passa a ser *locus* para agentes desassistidos de alguma forma pelo fazer cidade institucional.

Os casos de falta de assistência podem possuir as mais diversas variações, começando pela problemática da moradia acessível – tanto econômica quanto geograficamente – mas que, nos dias atuais reverberam na falta de infraestruturas de suporte ao habitar já consolidado desses bairros. Equipamentos de saúde, educação, transporte, drenagem, paisagem e de convivência correspondem à algumas dessas estruturas ausentes ou implementadas – após muita reivindicação local – com um retardo temporal se comparado às regiões centrais da cidade. Em decorrência disso, torna-se muito mais fácil a existência de uma autogestão, uma vez que já é de conhecimento da população a dimensão burocrática existente nas instâncias governamentais.

O Ilê Omo Ketá Posú Betá, bem como o Centro Comunitário Tia Balá, são alguns dos agentes reivindicadores e produtores dessa territorialidade, sendo o primeiro uma das ocupações primordiais na região e possuindo um papel potente de articulação comunitária. Ao longo de sua existência, o terreiro possuía uma série de infraestruturas de suporte ao culto afro-brasileiro que foram, ao longo do processo de urbanização ocidentalizada, ignoradas enquanto elementos formadores do território. Dentre elas tem-se o curso d'água existente em frente ao terreiro – o qual sofreu (e ainda sofre) com a falta de saneamento básico nas edificações que o circundam; e o verde – cada vez mais escasso – onde os remanescentes existentes são – em sua maioria – vinculados aos terreiros das imediações. Dentro dessa perspectiva, o 'Encontro das Águas' surge enquanto resgate epistemológico dessa relação Outra com a natureza, regidas, em sua maioria, pelas yabás Nanã, Oxum e Yemanjá – respectivamente forças representativas das águas de mangue, dos rios e das marés, sendo Nanã a matriarca do Ilê Omo Ketá Posú Betá. Essa convergência de águas ocorre naturalmente devido à relação topográfica de vale existente no território em questão. Uma das proposições se pauta nessa reinserção das águas – pluviais e fluviais – e suas estruturas de passagem enquanto elemento agradável ao cotidiano dos moradores da região.

As encruzilhadas são outro ponto de abordagem das proposições, entendendo a potencialidade desses espaços de cruzamento, trocas, sociabilidade. Tais encruzilhadas – representativo domínio de Exu – compreendem não somente o cruzamento viário, mas, também, os largos e espaços de rua remanescentes, onde é possível estabelecer um convívio em comunidade. Tal abordagem reverbera em outro aspecto de extrema importância para as proposições, a rua e para quem a destinam. A rua intercala-se enquanto espaço de passagem e permanência, tendo, também, uma dimensão interseccional. Desse modo, parte da rua torna-se uma extensão da convivência – a partir da implementação de um elevado compartilhado entre veículos e

pedestres, de modo que se diminua a velocidade dos poucos veículos que ali transitam e que se valide uma prática já recorrente de lazer infanto-juvenil neste espaço.

De modo geral, busca-se articular natureza, ancestralidade e territorialidade envolvendo a articulação comunitária enquanto capacitadora de grandes intervenções no meio urbano. Por fim, ressalta-se que, apesar da autogestão ser valorizada em muitas das proposições aqui expostas, existem casos onde a reivindicação institucional se fará necessária entendendo que o Estado tem por obrigação ofertar toda e qualquer ajuda possível na manutenção do direito à moradia, à memória, ao lazer e no combate ao racismo institucional, epistemológico e religioso – responsáveis pela instituição da marginalização das práticas afro diaspóricas.

Com base na análise acima, determinou-se as seguintes diretrizes projetuais:

Territorializar o candomblé:

A relação histórica entre o candomblé e o local. O candomblé local como força política para o bem-estar dos habitantes.

Propiciar o bem-estar na rua:

A relação entre lazer, espaço público, mobilização coletiva.

Recompôr o contato das pessoas com as forças naturais do local:

As pessoas têm perdido a relação de cuidado com a natureza. É necessário que essa relação seja restabelecida.

Usar a arte urbana:

A capacidade da arte em narrar, seduzir e juntar (inclusive durante sua execução). A arte enquanto elemento narrativo, arcabouço de ancestralidade.

As comunidades de terreiros possuem uma cosmovisão muito específica – que se assemelha à dos povos originários – de culto às forças da natureza. Dentro dessa perspectiva, os orixás e suas representações na natureza – as águas, folhas, rochas, sol, chuva, ventos, etc – possuem um papel vital na passagem desse conhecimento e, conseqüentemente, na preservação de um culto oprimido historicamente pelas instâncias hegemônicas, as quais não compreendiam a necessidade de seu isolamento do meio urbano/humano/mundano em prol de uma construção/passagem de entendimento de todas as formas de se habitar no nosso mundo físico, com todos os componentes da natureza. O axé constitui-se como força motriz desse processo, entendendo sua relação com a troca de energias vitais, o axé torna toda e qualquer matéria (pessoas, animais, rochas, vegetais, etc) enquanto elemento cabível de troca energética. Desse modo, toda e qualquer materialidade proveniente da natureza possui uma potencialidade de sacralização, de inserção do axé, a partir dos conhecimentos acumulados por um babalorixá ou uma yalorixá.

Os zeladores do axé são valorizados por suas experiências em suas trajetórias no candomblé, de modo que a relação desse conhecimento ancestral perpassa pelas gerações de adeptos da religião. Desse modo tem-se uma valorização da ancestralidade, natureza e territorialidade enquanto elementos essenciais para manutenção dos cultos. Este último aspecto refere-se à sacralização do território em si – ou de porções deste, como, por exemplo, o espaço do terreiro de candomblé, de entrega de oferendas, de realização de trabalhos, assim como nossos corpos – uma vez que estes produzem e atuam no espaço-mundo ao longo de suas existências.

O entendimento da cosmovisão afro-brasileira, sendo o candomblé um de seus acessos, é apreendido enquanto potência que se desdobra constantemente em produção de espaço. Dessa maneira, torna-se essencial que a produção urbana institucionalizada e seus agentes estejam em constante diálogo com essas realidades outras, de modo que se possa propor espacialidades contextualizadas e num diálogo maior com nossos remanescentes verdes – o que, na prática, não ocorre. Os bairros do miolo de Salvador são um exemplo dessa ausência estatal na produção de espaço urbano, ausência esta que reverbera numa produção local – feitas pelas articulações coletivas. No contexto deste trabalho, no limiar de 3 bairros periféricos – São Marcos, Pau da Lima e Sussuarana – essa realidade da autoconstrução enquanto único caminho possível de melhoria nas condições de habitat mostra-se de forma intensa, aumentando nos últimos anos com o estigma da violência que assola não somente esta, como todas as áreas periféricas da cidade e que é usado como uma das justificativas para a falta de ações, diálogos e investimentos do Estado. Nesse meio tempo, o território marginalizado passa a ser locus para agentes desassistidos de alguma forma pelo fazer cidade institucional.



Os casos de falta de assistência podem possuir as mais diversas variações, começando pela problemática da moradia acessível – tanto econômica quanto geograficamente – mas que, nos dias atuais reverberam na falta de infraestruturas de suporte ao habitar já consolidado desses bairros. Equipamentos de saúde, educação, transporte, drenagem, paisagem e de convivência correspondem à algumas dessas estruturas ausentes ou implementadas – após muita reivindicação local – com um retardo temporal se comparado às regiões centrais da cidade. Em decorrência disso, torna-se muito mais fácil a existência de uma autogestão, uma vez que já é de conhecimento da população a dimensão burocrática existente nas instâncias governamentais.

O Ilê Omo Ketá Posú Betá, bem como o Centro Comunitário Tia Balá, são alguns dos agentes reivindicadores e produtores dessa territorialidade, sendo o primeiro uma das ocupações primordiais na região e possuindo um papel potente de articulação comunitária. Ao longo de sua existência, o terreiro possuía uma série de infraestruturas de suporte ao culto afro-brasileiro que foram, ao longo do processo de urbanização ocidentalizada, ignoradas enquanto elementos formadores do território. Dentre elas tem-se o curso d'água existente em frente ao terreiro – o qual sofreu (e ainda sofre) com a falta de saneamento básico nas edificações que o circundam; e o verde – cada vez mais escasso – onde os remanescentes existentes são – em sua maioria – vinculados aos terreiros das imediações. Dentro dessa perspectiva, o 'Encontro das Águas' surge enquanto resgate epistemológico dessa relação Outra com a natureza, regidas, em sua maioria, pelas yabás Nanã, Oxum e Yemanjá – respectivamente forças representativas das águas de mangue, dos rios e das marés, sendo Nanã a matriarca do Ilê Omo Ketá Posú Betá. Essa convergência de águas ocorre naturalmente devido à relação topográfica de vale existente no território em questão. Uma das proposições se pauta nessa reinserção das águas – pluviais e fluviais – e suas estruturas de passagem enquanto elemento agradável ao cotidiano dos moradores da região.

As encruzilhadas são outro ponto de abordagem das proposições, entendendo a potencialidade desses espaços de cruzamento, trocas, sociabilidade. Tais encruzilhadas – representativo domínio de Exu – compreendem não somente o cruzamento viário, mas, também, os largos e espaços de rua remanescentes, onde é possível estabelecer um convívio em comunidade. Tal abordagem reverbera em outro aspecto de extrema importância para as proposições, a rua e para quem a destinam. A rua intercala-se enquanto espaço de passagem e permanência, tendo, também, uma dimensão interseccional. Desse modo, parte da rua torna-se uma extensão da convivência – a partir da implementação de um elevado compartilhado entre veículos e pedestres, de modo que se diminua a velocidade dos poucos veículos que ali transitam e que se valide uma prática já recorrente de lazer infantil-juvenil neste espaço.

De modo geral, busca-se articular natureza, ancestralidade e territorialidade envolvendo a articulação comunitária enquanto capacitadora de grandes intervenções no meio urbano. Por fim, ressalta-se que, apesar da autogestão ser valorizada em muitas das proposições aqui expostas, existem casos onde a reivindicação institucional se fará necessária entendendo que o Estado tem por obrigação ofertar toda e qualquer ajuda possível na manutenção do direito à moradia, à memória, ao lazer e no combate ao racismo institucional, epistemológico e religioso – responsáveis pela instituição da marginalização das práticas afro diaspóricas.

fluxos de água



ÁGUAS PLUVIAIS ÁGUAS FLUVIAIS

Gracias a topografia, ha uma logica de transito d'agua das escadarias transversais para a cota mais baixa do vale, onde se encontra um corpo hidrico de pequeno porte e com residuos provenientes das residencias sem saneamento basico adequado. No entanto, os lencois freaticos permanecem limpos - como se observou a partir da fonte de Nana - revelando que nao ha contaminacao destes pelos residuos do riacho.

areas verdes



ÁREAS VERDES

A analise de areas verdes indica, ao longo da via principal, a Via Local 1, grandes faixas e algumas arvores de grande porte pontuais. Ao longo dos percursos mais estreitos, nota-se poucas areas permeaveis. Possivel perceber pela imagem de satelite que o verde remanescente nas porcoes mais adensadas da poligonal se deve aos quintais das casas e a area verde do terreiro.

fluxos



PESSOAS CARROS (PESADO)
PESSOAS E MOTOS CARROS (LEVE)

Quanto a configuracao das vias, alguns aspectos foram evidenciados: a presen;a de automoveis na via principal - em quantidade moderada, inclusive nos horarios de pico, restringindo-se a veiculos de grande porte; a presenca do pedestre de forma intensa nas vias transversais a Rua Local 1 e a presenca de motocicletas e adaptacoes para o trafego delas em trechos das escadarias.

espacos potenciais



ÁREAS ABERTAS TERREIRO E CENTRO CULTURAL
ÁREAS ESTREITAS ÁREAS INCERTAS

As areas identificadas como potenciais para intervencoes variam em sua relacao de escala e espacialidade, e essas caracteristicas indicam o tipo de intervencao propicia para cada uma. As areas mais amplas podem receber equipamentos maiores de lazer, como quadra e parque infantil, por exemplo, alem de possibilitar outros usos atrelados ao lazer e esporte como o comercial. As areas mais estreitas recebem intervencoes de menor porte, como arte urbana nos muros, canteiros de jardinagem e mobiliario urbano, a fim de criar areas de descanso entre as escadas e ladeiras ingremes.

paisagismo e etnobotânica

etnobotânica

Kó si ewé, kó sí Òrìsà

A etnobotânica aborda como diferentes grupos humanos interagem com a vegetação. Deste modo, interessam tanto questões relativas ao uso e manejo dos recursos vegetais, quanto sua percepção e classificação pelas populações locais (BAUTISTA, 2010), ou seja, a etnobotânica se debruça sobre conhecimentos milenares a respeito do uso medicinal e nutritivo das plantas. Sob esta perspectiva, entendendo a importância das plantas para as práticas litúrgicas do Candomblé, escolhemos espécies que têm significado dentro da religião, como forma de ampliar as áreas verdes dos terreiros inseridos na poligonal de intervenção, bem como difundir a cultura entre a população local, sejam essas pessoas candomblecistas ou não.



Patchouli
Pogostemon cablin
herbácea até 0,6 m



Melão-São-Caetano
Momordica charantia
trepadeira



Aroeira
Schinus terebinthifolia
árvore até 12 m



Bananeira
Musa
árvore até 7 m



Taioba
Xanthosoma sagittifolium
folhagem



Acariçoba
Hydrocotyle umbellata
herbácea



Espada de Ogum
Sansevieria trifasciata
herbácea também utilizada para fitorremediação



Arruda
Ruta
herbácea até 0,6 m



Jurubeba
Solanum peliculatum
arbusto até 3 m



Alfavaca Roxa
Ocimum basilicum
herbácea até 0,9 m

fitorremediação

A fitorremediação consiste no uso de plantas para limpeza de ambientes poluídos, explorando a capacidade que alguns vegetais têm de sequestrar e degradar poluentes por meio de processos naturais.

No projeto foi aplicada fitorremediação a fim de auxiliar na descontaminação das fontes de água do local. Propusemos a implantação de jardins alagados ao longo dos córregos e nas biovaletas de drenagem de águas pluviais localizadas ao longo de escadas e ladeiras.



Dinheiro em penca
Dichondra microcalyx
herbácea utilizada em fitorremediação



Syngonium angustatum
herbácea utilizada em fitorremediação



Lentilha-d'água
Lemma
aquática utilizada em fitorremediação



Orelha-de-vaca
Salvinia
aquática utilizada em fitorremediação



Aguapé
Eichhornia crassipes
aquática utilizada em fitorremediação

As proposições basearam-se em quatro eixos estruturantes e suas intersecções, tais eixos compreendem:

- 1 - A dimensão paisagística, sua relação com o candomblé e possibilidades de recuperação ambiental;
- 2 - A convivência enquanto elemento essencial para manutenção do pertencimento territorial para os moradores, entendendo a falta de espaços de lazer enquanto um problema à ser solucionado a partir do aproveitamento das encruzilhadas e espaços livres remanescentes, os quais carecem de mobiliários propiciadores de bem-estar e lazer;
- 3 - A arte urbana enquanto potência para o território, uma vez que a implementação desta pode envolver oficinas comunitárias - ofertadas pelo terreiro - de graffiti, cerâmica, horticultura e afins. Além disso, a valoração estética rebate na autoestima dos próprios moradores, assim como modifica uma materialidade estigmatizada pela visão externa - de visitantes e passageiros.
- 4 - As infraestruturas de drenagem enquanto passíveis de modificação e articulação com infraestruturas verdes de fitorremediação, biovaletas e afins. Desse modo, promove-se um outro olhar para o que é, atualmente, considerado esgoto, trazendo uma resolução para os problemas de alagamentos existentes em algumas das casas do território. Assim como, um possível resgate do rio para manutenção dos cultos.

rua marize moura



arte urbana
mobiliário urbano
vegetação



A rua Marize Moura corresponde à um dos muitos becos paralelos à rua local 1, principal via de acesso à essa parte do bairro. Nela, localiza-se o Centro Comunitário Tia Balá, onde funciona uma creche que recebe crianças dos três bairros.



mapa de proposições

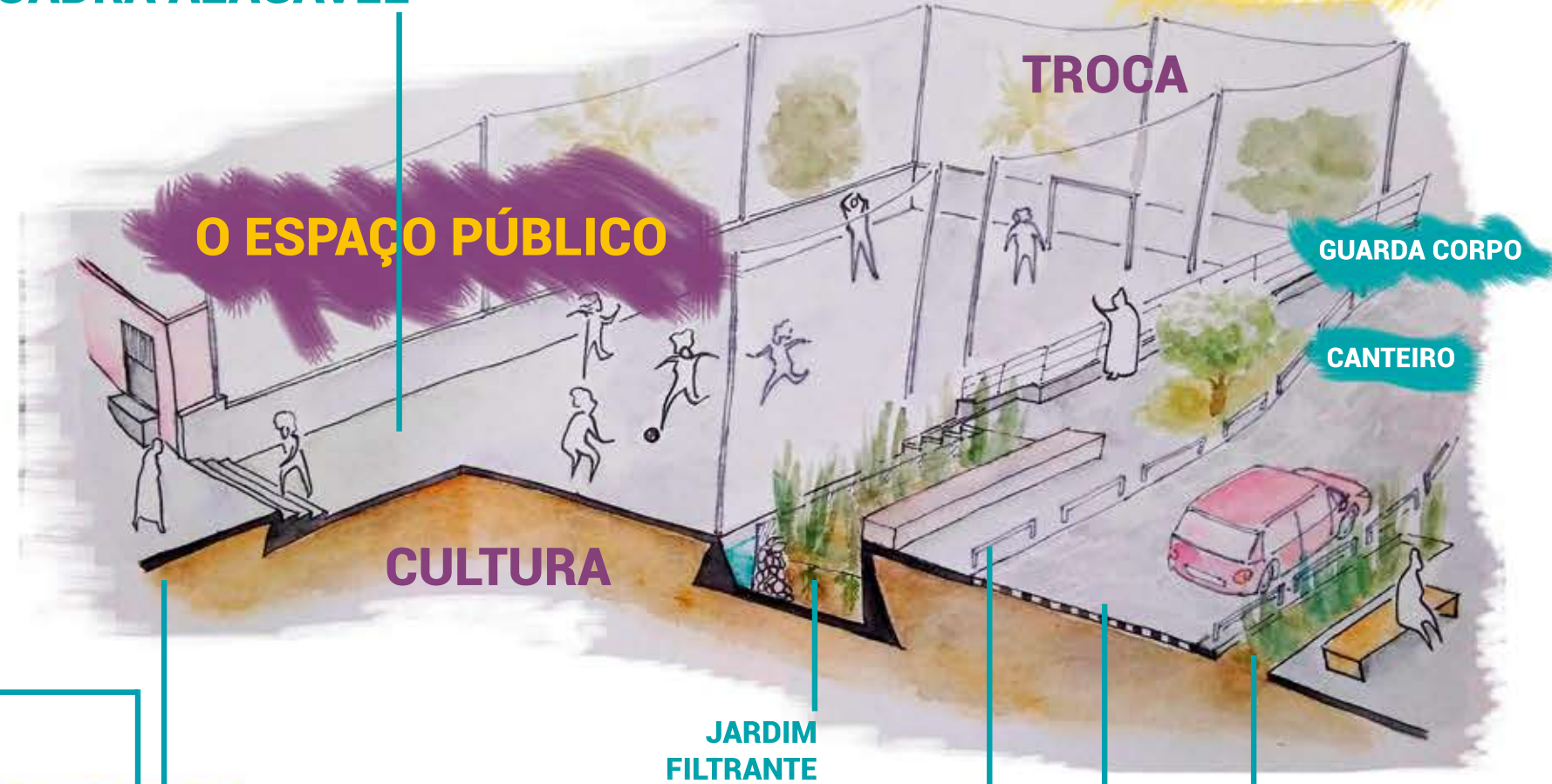


legenda

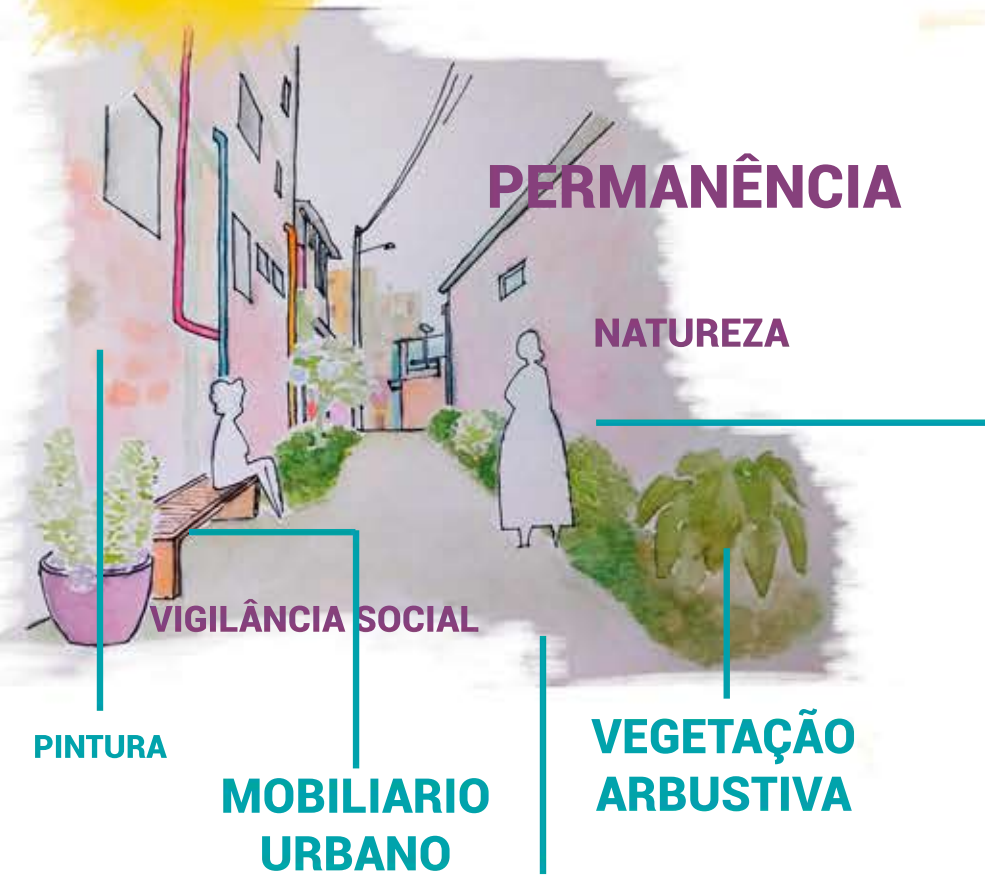


QUADRA ALAGÁVEL

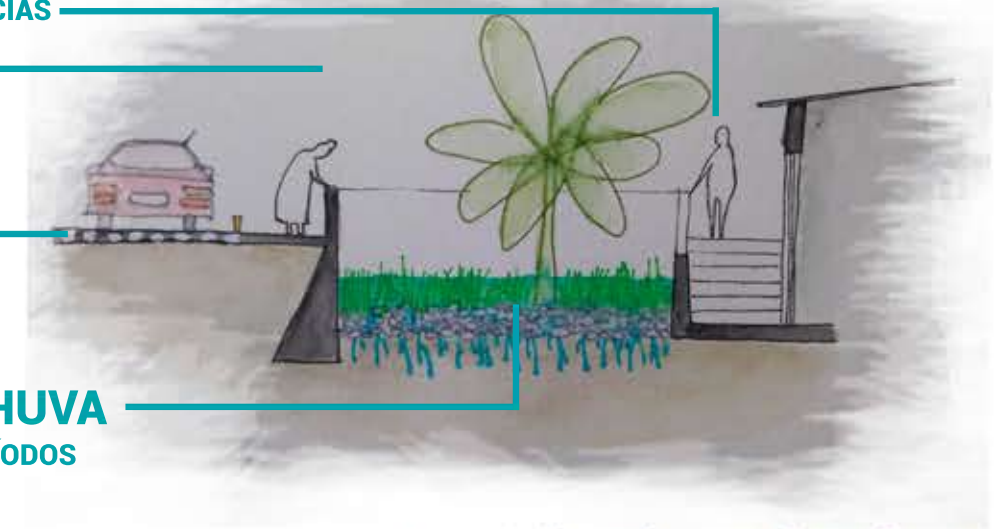
PROPOSTA



PROPOSTA



ACESSO ÀS RESIDÊNCIAS



PROPOSTA

CANTEIROS EM ÁREAS NEGATIVAS

GUARDA-CORPO

VEGETAÇÃO ARBUSTIVA

NATUREZA

REQUALIFICAÇÃO DA PONTE PARA PEDESTRES

CONEXÃO ENTRE OS DOIS TERREIROS NO ENTORNO

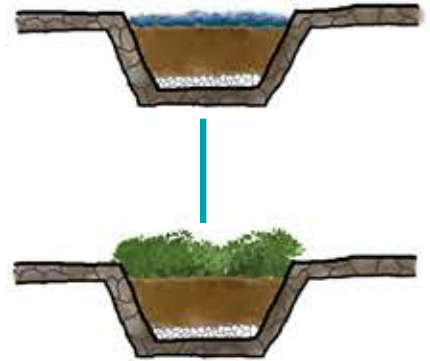
PROPOSTA

O ESPAÇO PÚBLICO

JARDINS VERTICAIS

GRADIL DE ACESSO ÀS RESIDÊNCIAS

BIOVALETA



MAPA CHAVE SEM ESCALA

FITORREMEDIÇÃO

REQUALIFICAÇÃO DA ESCADA

PISO CONCREGRAMA COMPARTILHADO

